



AS REFORMAS DO PAPA FRANCISCO: CONJUNTURA, SIGNIFICADOS E PERSPECTIVAS

The Reforms of Pope Francis: Situation, Meanings and Perspectives

João Décio Passos *

RESUMO: As reformas empreitadas pelo Papa Francisco têm recebido oposições explícitas por parte de membros da hierarquia católica. O próprio Papa as explicitou aos membros da Cúria Romana. Essas oposições podem ser detectadas no conjunto da Igreja em diferentes tipos. O fato é que dois projetos eclesiais convivem no mesmo corpo institucional e nas mesmas práticas pastorais. Esses projetos expressam e constituem duas identidades eclesiais distintas que se relacionam de modo dialético entre si. As reformas de Francisco que se encontram em curso tocam em um sistema complexo e envolvem diferentes aspectos. Não se pode esperar, em termos sócio-políticos, uma reforma imediata e radical do conjunto da instituição nas esferas eclesiais e eclesiásticas e nas dimensões individuais e coletivas. Trata-se, de fato, de um processo lento de renovação que atinge sujeitos, mentalidades e estruturas. A reforma estrutural constitui a fase conclusiva desse processo.

PALAVRAS-CHAVE: Papa Francisco. Igreja. Instituição. Pontificado. Reforma.

ABSTRACT: The reforms undertaken by Pope Francis have received explicit oppositions from members of the Catholic hierarchy. The Pope himself explained this to the members of the Roman Curia. These oppositions can be detected in the whole Church in different ways. The fact is that two ecclesial projects coexist in the same institutional body and in the same pastoral practices. These projects express and constitute two distinct ecclesial identities that are dialectically related to each other. Pope Francis' reforms that are under way touch on a complex system and involve different aspects. An immediate and radical reform of the whole

* Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, Brasil.

of the institution in the ecclesiastical and ecclesial spheres and in the individual and collective dimensions cannot be expected in socio-political terms. It is, in fact, a slow process of renovation that affects subjects, mentalities and structures. Structural reform is the final phase of this process.

KEYWORDS: Pope Francis. Church. Institution. Pontificate. Reformation.

Introdução

A programática reformadora do Papa Francisco lançada oficialmente na Exortação Apostólica *Evangelii gaudium* como um conjunto de fundamentos teológicos e pastorais, como parâmetros metodológicos e como ideal eclesial, permanece válida e normativa para o conjunto da Igreja. Após esse lançamento, Francisco avançou no ensino de seu Magistério, sobretudo na Doutrina Social, com a Encíclica *Laudato Sí'* e na práxis moral com a Exortação *Amoris laetitia*. Perseverante no método ver-julgar-agir apresenta um ensinamento conectado com a realidade planetária, com as culturas locais e com os dramas dos homens e mulheres contemporâneos. Firme no princípio da misericórdia, convida a todos para a conversão capaz de sensibilizar e acolher a vida do planeta, a vida dos pobres e daqueles que estão fora dos ideais do Evangelho dentro da comunidade cristã. Convicto da centralidade do diálogo, afirma a importância e a regra da colegialidade no governo da Igreja, na teoria e na prática, a necessidade de acolher os ensinamentos advindos de outros credos, de outras culturas, do pensamento e das ciências atuais. A teologia oficial da Igreja avançou a passos largos e seus frutos ainda estão por vir no âmbito das teologias acadêmica e pastoral.

As reformas têm sido recebidas com diferentes ânimos e convicções, por parte do episcopado, do clero e dos fiéis. De um modo geral, o conjunto dos fiéis acolhe as renovações com simpatia, uma vez vindo de um Papa simples, transparente e corajoso. Há, de fato, uma fidelidade afetiva que rege a vida dos fiéis, um *sensus ecclesiae*, regido pelo amor ao líder da Igreja, sucessor de São Pedro e vigário de Cristo, assim como pela praticidade da vida, quando a misericórdia fala mais alto que as normas fixadas. No conjunto social, há que assinalar, ainda, a recepção simpática dos não católicos ao pensamento do Papa (RIBEIRO, 2016), bem como daqueles que não se declaram cristãos ou religiosos. Evidentemente, as suas posturas de diálogo intercultural e de acolhida de grupos vulneráveis e as suas ações diplomáticas lhe conferem essa estatura ética inequívoca e exemplar.

Contudo, como toda reforma, a de Francisco depara-se com rejeições no interior da Igreja; rejeições que têm se mostrado inéditas no âmbito do *ethos* católico edificado fortemente no senso de unidade interna e de fidelidade

ao Pontífice. Esse quadro atípico torna-se ainda mais original, tendo em vista o silêncio que tem prevalecido entre os bispos, as Conferências Episcopais e o clero de um modo geral em relação às chamadas de Francisco às reformas urgentes. As rejeições explícitas de alguns prelados da alta hierarquia soam em tom bem mais forte do que as vozes que saem em sua defesa, fosse em nome de uma pura fidelidade à autoridade eclesialmente instituída. Essa indiferença política indica que as reformas franciscanas estão longe de serem unânimes entre os bispos.

As perguntas políticas e teológicas sobre esse quadro são muitas. A mais fundamental será, por certo, essa: como explicar essa ruptura com o *ethos* da unidade e da fidelidade entre as lideranças eclesiais? Agrava-se ainda mais essa ambiguidade quando se sabe que Francisco foi eleito precisamente com a missão de reformar a Igreja e de dentro da crise emergiu com legitimidade para essa tarefa urgente (WEBER, 1982, p. 238). A Igreja católica vive uma conjuntura inédita desde a chegada do bispo de Roma vindo do fim do mundo, ou seja, fora da Europa e da Cúria Romana, bem como fora da tradição centralizada na burocracia curial, do Magistério centralizado no Papa e de referências teológicas oficiais pretensamente hegemônicas, senão únicas que prevaleciam até então. A velha unanimidade instituída desde o epicentro da Cúria Romana que tinha no seu centro o símbolo vivo da unidade, o Papa, está agora politicamente acéfala. No entanto, permanece viva como *ethos* e como máquina burocrática. A reforma ocorrida abruptamente no centro simbólico, não atingiu o centro político de funcionamento da instituição e nem mesmo a cultura eclesial geral resultada como valor e vivência desde a consolidação desse centro. Essa será a hipótese da reflexão que segue.

A pergunta pelos processos possíveis de reforma institucional tem acompanhado os membros da Igreja, particularmente as lideranças sintonizadas com a questão ou de algum modo afetadas pelos discursos reformadores de Francisco. Os entusiastas da reforma anunciada reclamam, com frequência, por seus resultados político-institucionais. Não faltam aqueles que já se mostram céticos em relação a elas. A relação entre o discurso reformador e as reformas estruturais da Igreja vai se mostrando como problema teórico e prático. Os itens que seguem examinam alguns aspectos que envolvem as reformas de Francisco no sistema complexo da Igreja, tendo como pressuposto de fé um valor eclesial, a afirmação da necessidade de reforma da Igreja, e como perspectiva analítica categorias sociológicas que auxiliam na compreensão das mudanças sociais e políticas. Embora essas categorias possuam limites epistemológicos intrínsecos que não permitem desvelar todos os ângulos da problemática complexa que está em jogo, elas podem ajudar a entender de modo realista a conjuntura da Igreja com seus dinamismos de preservação e com suas dinâmicas de transformação possíveis.

1 A conjuntura configurada na Igreja Católica

A realidade eclesial atual aponta para alguns dados concretos sobre a configuração política do projeto do pontificado de Francisco no corpo eclesial e, por conseguinte, na estrutura eclesiástica. Trata-se de um projeto reformador (um carisma renovador) em ebulição dentro de uma tradição consolidada (em doutrinas e costumes), no interior de uma burocracia constituída (nas estruturas e nos funcionamentos institucionais e legais) e no ambiente de uma cultura eclesial objetivada (em normas e práticas rotineiras). É com esse campo consolidado de forças instituídas, reproduzidas por sujeitos eclesiais e eclesiásticos convictos e, muitas vezes, intransigentes, que o projeto renovador de Francisco tem se confrontado efetivamente. Esse confronto, quase sempre disfarçado por membros da hierarquia, vem revelando-se de maneira cada vez mais explícita em flagrantes inéditos no interior da cultura católica (discurso de oposição de Cardeais, incluindo alguns dos quadros curiais romanos, bispo que deseja a morte do pontífice), com releituras francamente conservadoras do pensamento franciscano (seus documentos nada mudariam na tradição) e com posturas de indiferença que se mostram hegemônicas no episcopado atual (alojados na rotina eclesial). Nessa conjuntura, a ideia e o clima de plena comunhão com o Papa, normalmente repetidos publicamente, podem tornar-se nada mais que frases de efeito eclesial desmentidas a olho nu por qualquer observador atento.

Na verdade, dois campos de força estão hoje configurados na Igreja, ainda que, por razões eclesiológicas, em baixa densidade, e, sobretudo, administrado com a habilidade política e a resistência mística de Francisco. Vale lembrar que o próprio Papa não poupa franqueza quando se trata de analisar os quadros da hierarquia. As críticas às doenças da Cúria romana, aos clérigos corruptos, aos bispos de aeroporto e ao clero de burocratas são diagnósticos concretos que vem oferecendo sobre a realidade eclesial atual.

Por certo, em termos prospectivos, esse quadro permanecerá, tendo em vista o perfil majoritário do episcopado e do clero e as estruturas estáveis da Igreja e, ao mesmo tempo, o fôlego carismático de Francisco. Na dinâmica concreta das relações intraclericales, pode-se dizer que não está havendo, a rigor, nem *recepção* (um processo de acolhida que expresse uma sintonia unânime ou uma vontade de aderir aos seus propósitos) nem *reprodução* (como repetição fiel como ocorria nos pontificados anteriores) dos projetos e do pensamento do Papa. A recepção significa acolhida dos ensinamentos em um processo crítico e criativo que envolve todos os fiéis, a começar por aqueles que ocupam funções pedagógicas dentro da Igreja (PINHO, 1994, p. 21-56). A reprodução é a acolhida em nome da autoridade e que tem como princípio a repetição exata do ensinamento. O que parece estar havendo de um modo geral é não mais que uma acolhida formal, seletiva e desanimada da programática franciscana. Não se trata de julgar as razões e as motivações dos sujeitos eclesiais, mas de perceber o jogo real das posições que hoje

compõem a conjuntura eclesial. Por certo, o reformador da Igreja em crise foi maior que a encomenda dos Cardeais que realizaram o conclave de 2013. No coração da preservação da tradição e da gestão da burocracia eclesiástica está instalado um carisma reformador, conjuntura rara nos poderes instituídos. Sem dúvidas, o catolicismo vive uma conjuntura inédita que soma distintas mentalidades e práticas, distintos valores e sujeitos no interior do mesmo corpo eclesial. A proposta de mudança exposta nos espaços públicos internos e externos à Igreja está lançada como objeto de verificação de todos os interessados e curiosos. Sob esses olhares interessados, Francisco avança como o protagonista da “reforma inadiável”.

2 Os tipos de oposição

Para quem presa metodologias empíricas como base de análises, as oposições a Francisco constituem um achado raro; evidências que rompem com todas as defesas de fachada que costumam dificultar os pesquisadores de acessarem seus objetos de estudo, o que ocorre de modo emblemático nos discursos institucionais destinados a defender a instituição e a preservá-la em sua unidade. As oposições às reformas de Francisco têm sido claras e diretas e, ao mesmo tempo, reconhecidas por ele próprio sem qualquer defesa institucional. Evidentemente, as reformas se ajustam de diferentes maneiras no corpo eclesial/eclesiástico, conforme o lugar em que situam os sujeitos opositores: com maior ou menor autonomia, com maior ou menor interesse pessoal e com maior ou menor convicção a respeito dos malefícios das reformas em curso. Também é fato que, com o passar do tempo, as rejeições se tornam mais explícitas, na mesma proporção em que persiste o silêncio da maioria satisfeita com a rotina eclesial e segura das tradições estáveis. O saldo político final desse quadro certamente poderá ser definido: *a indiferença majoritária em relação às reformas por parte dos membros da hierarquia*. Essa postura se manifesta como mera indiferença, como insatisfação silenciosa, como oposição explícita e como oposição reprimida. Para todas elas, as reformas não são necessárias, embora as justificativas possam variar. As primeiras estão instaladas nas rotinas eclesial e eclesiástica que dispensam, na verdade, qualquer mudança estrutural (uma vez que permanece objetivamente a mesma) e mesmo individual (conversão), uma vez que as funções são exercidas dentro das normas instituídas, do estatuto da competência e da fidelidade à missão espiritual. A segunda se torna evidente e paga o preço da sinceridade. A terceira faz o jogo da fidelidade e constrói seu lugar político no cotidiano anônimo, longe dos espaços de aferimento público.

Francisco construiu uma tipologia das rejeições às reformas ao falar à Cúria romana, em 22 de Dezembro de 2016. Ele não somente identificou os tipos de oposição, como emitiu seu juízo sobre cada uma delas. Eis o trecho em sua íntegra:

“Neste percurso, é normal, até mesmo salutar, encontrar dificuldades, que, no caso da reforma, poder-se-iam apresentar segundo diferentes tipologias de resistências: *as resistências abertas*, que nascem muitas vezes da boa vontade e do diálogo sincero; *as resistências ocultas*, que nascem dos corações assustados ou empedernidos que se alimentam das palavras vazias da hipocrisia espiritual de quem, com a boca, se diz pronto à mudança, mas quer que tudo permaneça como antes; há também *as resistências malévolas*, que germinam em mentes tortuosas e aparecem quando o diabo inspira más intenções (muitas vezes disfarçadas sob pele de cordeiros). Este último tipo de resistência esconde-se por trás das palavras justificadoras e, em muitos casos, acusatórias, refugiando-se nas tradições, nas aparências, nas formalidades, no conhecido, ou então em querer reduzir tudo a um caso pessoal, sem distinguir entre o ato, o ator e a ação” (Francisco, *Discursos*. 22 de Dezembro de 2016. In Vatican.va).

As palavras são diretas e, mais uma vez, contundentes. O Papa está falando com o centro da organização eclesial e, por conseguinte, com muitos sujeitos opositores. A Cúria constitui o sistema nervoso central da instituição católica e, por essa razão, seus tentáculos avançam para todo o conjunto do sistema eclesiástico e eclesial como um todo. Como gestão central ela é, de fato, uma amostra emblemática do conjunto inteiro com seus sujeitos, suas normas e costumes, pelo fato de manter-se, ainda, como poder gestor central da Igreja. Nesse sentido, as tipologias de resistência se aplicam ao conjunto da Igreja, podendo, entretanto, perguntar pela tendência predominante no conjunto. Do que pode ser observado, as resistências ocultas constituem a maioria do segmento dos opositores. Se o corpo curial ressentir-se diretamente dos impactos da reforma em curso, os sujeitos mais periféricos parecem concentrar suas reações no tocante à reforma não tanto das estruturas – reforma ainda incipiente – mas, de modo específico, na reforma das ideias, ou seja, das posturas teológico-pastorais de Francisco, manifestas em seus principais Documentos, mas também em seus discursos oficiais e espontâneos. Nesse caso, as orientações emanadas da Exortação *Amoris laetitia* têm sido o foco mais direto das resistências abertas como também das resistências “ocultas” e “malévolas”. A *Evangelii gaudium*, embora edifique um conjunto de princípios e orientações renovadoras, obteve como reação mais o silêncio do que propriamente oposição aberta. A Encíclica *Laudato Si'* falou de modo contundente e radical para o conjunto da humanidade, dando um salto expressivo na Doutrina Social da Igreja. No entanto, ficou por essa razão circunscrita em uma zona de conforto perante a pesada tradição que rege o interior da vida eclesial. A Exortação *Amoris laetitia* levou os princípios da reforma, da conversão e da misericórdia para dentro da vida das comunidades e colocou frente a frente Evangelho e realidade concreta, norma objetiva e discernimento subjetivo, tradição e renovação. Por essa razão, tem sido objeto de reações explícitas e inéditas de sujeitos eclesiais, como ficou exposto na Carta dos quatro Cardeais enviada ao Papa (*Ciberteologia*, Notícias, 13-139), mas, também nas leituras conservadoras que rejeitam qualquer renovação no âmbito da doutrina por parte do Documento (PASSOS, 2017).

Por certo, as resistências abertas, embora rompam com o *ethos* da fidelidade ao Papa, provocam, quase sempre, o resultado contrário do que pretendem. Na medida em que ferem a tradição da unidade e expõem publicamente a divisão interna na Igreja terminam por afugentar potenciais adeptos, bem como consolidam a imagem de conservadores intransigentes perante o conjunto da Igreja e da sociedade. De fato, a Carta dos Cardeais, resultou em respostas que ajudaram na recepção das orientações da Exortação *Amoris laetitia*, em estudos e publicações e em reações organizadas, como o caso dos bispos de Malta. As resistências ocultas são as de efeito político mais eficiente, na medida em que promovem o boicote de toda renovação mantendo intacto o fluxo regular da rotina pastoral. São os que querem, no dizer de Francisco, “que tudo permaneça como antes” e encaminham leituras que escondem os princípios fundamentais da Exortação e escondem suas orientações essenciais.

Os fatos apontam para a afirmação de que as reformas franciscanas contarão com opositores definitivos até o final de suas implantações. No *ethos* católico elas tendem, contudo, a se acomodar tectonicamente, sob pena de configurarem-se como cisma. Embora seja essa uma via extrema, ela se fez presente nos dois últimos Concílios: caso dos velhos católicos em relação ao Vaticano I e dos lefebvrianos em relação ao Vaticano II. Por certo, por essa razão essa via não pode ser facilmente descartada também na conjuntura atual. As resistências ocultas se encontram “adormecidas”, porém prontas e entram em erupção no momento em que a conjuntura eclesial permitir, buscando formas de se legitimarem no interior da Igreja, sobretudo no poder central da Cúria. Elas já estiveram presentes no Vaticano II e se alinharam politicamente na fase pós-conciliar, tornando-se cada vez mais visíveis e empoderadas politicamente desde o epicentro da Cúria romana. O próximo Pontífice estará certamente no centro desse jogo de forças, mesmo que as oposições recuem numericamente no conjunto do episcopado, à medida que as ações de Francisco produzam efeitos na composição desse escalão e consolidem novos valores eclesiais.

3 Dois projetos em curso

As tipologias das oposições expressam, na verdade, uma distinção mais básica e polarizada no interior da Igreja. A era pós-Ratzinger expôs dois alinhamentos ou projetos distintos, a partir do centro gestor da Cúria romana. Eles já existiam e operavam simultaneamente desde o final do Vaticano II (LIBANIO, 1983; FAGGIOLI, 2015). A era Wojtyła-Ratzinger legitimou um projeto eclesial centralizado em Roma e vinculado à tradição anterior ao Vaticano II, tornando-o cada vez mais unívoco e onipresente no conjunto da Igreja. Esse foi gestado na teoria e na prática a partir da Cúria romana e desqualificou como não legítimos projetos renovadores que haviam nascido do Vaticano II e assumido formas eclesiais concretas

nas periferias do globo, de modo emblemático nas Igrejas da América Latina. A Igreja dos pobres compromissada com a justiça que teve seu nascedouro oficial na Conferência de Medellín em 1968 e firmou-se como um paradigma eclesial foi, de fato, monitorado pela Cúria romana como suspeito de heterodoxia, tornando-se objeto de intervenções estratégicas em Igrejas e personagens latino-americanos nas décadas seguintes.

O fato surpreendente é que a eleição de Cardeal Bergoglio a Papa levou esse projeto renovador para o centro da Igreja, tornando, agora, visível a tensão que antes foi sendo cada vez mais localizada e mais residual em Igrejas locais, sobretudo, no sul do planeta. De fato, nos últimos tempos já se tratava de um projeto fragilizado e assimilado por aquele hegemônico, embora deixasse seu legado em textos do Magistério local e universal. O fato inesperado aconteceu: a periferia chegou ao centro pelas vias legítimas da tradição eclesial e aí se instalou como projeto de pontificado (CUDA, 2016). Por certo, não se trata de uma dinâmica eclesial nova, mas, ao contrário, reproduz a regra de sempre no exercício do poder na Igreja: cada Papa leva inevitavelmente consigo o seu lugar eclesial de origem e a partir dele exerce seu governo na Igreja, ainda que disse não tenha consciência. Não é essa uma peculiaridade do latino-americano atual. A experiência eclesial germinada no sul do planeta desde o Vaticano II entre os pobres e nativos, na periferia do poder econômico, com teologia e pastoral próprias constitui, sem dúvidas, o universo eclesial a partir do qual fala e atua Francisco. Trata-se, de fato, de um universo e de um projeto distinto daquele que se tornara enraizado nos propósitos dos pontificados anteriores e que fora gestado pelo sistema curial romano.

Portanto, no fundo das oposições se encontram o que pode ser analiticamente classificado como dois projetos de Igreja em andamento, como se pode representar esquematicamente a partir dos tipos *Igreja autorreferenciada* e *Igreja em saída*, para utilizar precisamente os termos formulados e adotados por Francisco:

Igreja autorreferenciada	Igreja em saída
Tradição	Querigma
Instituição	Carisma
Preservação	Reforma
Segurança	Processo
Centralização	Descentralização
Norma	Discernimento
Clericalismo	Povo de Deus
Poder	Serviço

A representação esquemática e tipológica pretende visualizar a dinâmica real da Igreja atual, sem, contudo, reduzir as práticas e os sujeitos a dois grupos distintos e opostos localizados espacial e politicamente. Como todo método tipológico, capta as tendências eclesiais a fim de compreender o funcionamento real onde as forças e os sujeitos quase sempre se misturam e negociam entre si, embora se mantenham como campos de força que se confrontam nos seus princípios e nas suas metas. Onde residem os dois projetos eclesiais e como operam?

É preciso afirmar antes de tudo que o projeto de reforma foi apresentado por Francisco e se encaminha em seus escritos, em seus pronunciamentos e em suas decisões. Ele nasce e opera a partir do Pontífice. Nas Congregações que antecederam a sua eleição como Papa, o Cardeal Bergoglio havia dito que a origem de todos os males reside em uma Igreja autorreferenciada e que esse modelo deveria ser superado. E então como Papa apresenta o antídoto da *autorreferencialidade* na *Igreja em saída* (EG 20) na Exortação *Evangelii gaudium*. A Exortação é uma programática de seu pontificado ou, de seu projeto para a Igreja: “Não ignoro que os documentos não suscitam o mesmo interesse como noutras épocas... Apesar disso... o que pretendo deixar expresso aqui possui um caráter programático e tem consequências importantes” (EG 25). Na sequência, propõe a “renovação inadiável” a partir “do coração do Evangelho”. E lança o projeto geral: “Convido a todos a serem ousados e criativos nesta tarefa de repensar os objetivos, as estruturas, o estilo e os métodos evangelizadores das respectivas comunidades” (EG 33)

Francisco apresenta o seu projeto como busca de superação de um outro pautado no “sempre assim” (EG 33). Trata-se de uma renovação inadiável da Igreja traduzida como reforma das estruturas, dos métodos, das linguagens, do papado, das paróquias, da teologia (EG 27-39). Na mesma Exortação Francisco identifica as tendências da Igreja autorreferenciada: os mundanismos espirituais, expressa no individualismo religioso e no tradicionalismo. Ambos se fecham à graça e à vida comunitária, dispensando a inserção na vida social (EG 94-95). Nessa mesma linha, critica a autcentralidade da Cúria romana e, em muitas ocasiões, o mal do clericalismo e do burocratismo eclesial. Na Exortação *Amoris laetitia* coloca o dedo na ferida do poder que julga a todos sem discernimento e sem misericórdia com a norma autorreferencial. As palavras são carregadas de franqueza profética:

Por isso, um pastor não pode sentir-se satisfeito apenas aplicando leis morais àqueles que vivem em situações «irregulares», como se fossem pedras que se atiram contra a vida das pessoas. É o caso dos corações fechados, que muitas vezes se escondem até por detrás dos ensinamentos da Igreja «para se sentar na cátedra de Moisés e julgar, às vezes com superioridade e superficialidade, os casos difíceis e as famílias feridas (305).

Na perspectiva de Francisco, há um modelo pastoral a ser superado pela conversão à lógica da misericórdia que pressupõe as relações diretas entre os membros da comunidade e o processo de crescimento na vida de fé. A comunidade dos seguidores de Jesus Cristo tem a tarefa de acolher e de incluir os fracos, antes de julgar sem conhecer os casos e as histórias pessoais que geraram famílias feridas e fora do padrão doutrinal. A Igreja autorreferenciada pela lei objetiva precisa ser superada pela lei do amor capaz de perdoar e integrar.

O Papa não nega e nem esconde o conflito em nome de uma unidade ideal e nem mesmo em nome de uma comunhão espiritual dos membros da Igreja. Ao contrário, expõe as divergências eclesiais e oferece a referência do Evangelho como capaz de colocar a unidade acima do conflito, sintonizado com a realidade que antecede às ideias (EG 226, 231). Esses dois projetos configuram-se como dois modos de ser dentro da Igreja, como identidades distintas que envolvem valores e sujeitos que revelam suas diferentes perspectivas e práticas dentro do mesmo corpo eclesial em pleno funcionamento.

4 Duas identidades eclesiais

O sociólogo Manuel Castells propõe uma tipologia sobre as identidades sociais que podem esclarecer o que está sendo apresentado como dois projetos eclesiais. Um primeiro tipo denomina *identidade legitimadora* que se afirma a partir de fundamentos que visam integrar o grupo e manter a ordem institucional dominante. Um segundo tipo denominado *identidade de projeto* é construído com a finalidade de transformar as estruturas e construir uma nova ordem a partir de sujeitos sociais (2001, p. 25-27). Essas identidades podem ser verificadas como modo de concretização dos dois projetos eclesiais; elas se configuram como dois campos diferenciados que operam no interior da Igreja atual. O primeiro encontra-se consolidado em três aspectos: como cultura eclesial (valor e costume), como teologicamente legítimo (uma vez fundamentado por discursos eclesiológicos) e como estrutura e papéis (encaixado na estrutura eclesial e reproduzido pelos membros da hierarquia). Essa identidade tem a seu favor o mais essencial do ponto de vista da preservação política: as estruturas institucionais com suas normas e funções e a cultura que sela e cimenta os valores no âmbito do costume de uma maioria. O “sempre foi assim” indicado pelo Papa Francisco denomina essa identidade construída gradativamente nos tempos pós-conciliares como a Igreja legítima que devia ser construída na comunhão com o Papa em todos os recônditos da terra. E nesse propósito o qualificativo *católico* (universal), nota constitutiva da Igreja, era, de fato, entendido, como implantação local de uma Igreja universal que se expandia a partir de Roma (KASPER, 2012, p. 345-349).

A identidade de projeto se encontra, em termos universais, como obra em construção que opera: em certo aspecto “por cima” do anterior, por advir precisamente do Papa e, desde a *Evangelii gaudium*, estar legitimado como Magistério; em certo aspecto por dentro por penetrar legitimamente em todos os âmbitos da Igreja como convocatória geral e, por fim, em grande medida em confronto com o anterior que se encontra estabelecido e consolidado no conjunto da Igreja.

Isso implica dizer que o projeto da *Igreja em saída*, ainda busca legitimidade e efetividade no interior da Igreja, uma vez que terá de construí-la junto, paralelo ou em oposição à identidade consolidada e estruturada na Igreja. Pode-se novamente classificar as duas identidades nesses termos:

Identidade legitimadora	Identidade de projeto
Estabelecida	Em construção
Garantido pela estrutura institucional	Confronto com a estrutura institucional
Funcional na rotina burocrática	Chamada à conversão pastoral
Representado pelas normas	Fundado no querigma
Reproduzido na cultura eclesial	Conclamando para uma nova cultura
Norma	Discernimento
Estável	Novo
Centralizado e descendente	Descentralizado e colegial

Pode-se falar em um confronto de identidades que se relacionam nos termos já colocados acima. O quadro é paradoxal no âmbito do *ethos* católico. Ser ou não ser fiel ao Papa? Eis a questão. As exigências de um novo projeto são pesadas para aqueles que se encontram instalados na identidade legitimadora e não necessitam de qualquer mudança para exercerem as suas funções com toda a competência burocrática dentro da instituição, com toda a fidelidade à tradição na qual se inserem e com todo o amparo de uma teologia da Igreja. Por outro lado, uma programática do Papa não pode ser abertamente desprezada, a não ser por sujeitos exóticos que se colocam fora ou acima dos “católicos normais”. Com efeito, enquanto as reformas não atingem as estruturas, ou seja, as normas e os fluxos da organização eclesiástica, essas permanecem funcionando com suas regularidades, sem necessitarem efetivamente de qualquer conversão eclesial. Pode-se dizer que, em termos estruturais, as propostas de reforma de Francisco podem ser acolhidas esteticamente como belos discursos a serem repetidos, e não eticamente, como sementes de transformação e mudanças de valores e posturas. Inseridos na cultura de reprodução da norma, a maioria do

episcopado e do clero de um modo geral, parece falar antes de tudo o idioma legal-burocrático. Nesse sentido, há de se pensar que aderirão às reformas quando elas forem sancionadas na forma da lei que, para esses, constitui a fonte de toda legitimidade.

Por ora, como sugere a tipologia do sociólogo Georges Gurvitch (1987, p. 182-211), é possível pensar em uma dialética múltipla das duas identidades eclesiais, dinâmica bem apropriada ao catolicismo, mas detectável nas relações sociais e políticas de um modo geral. Uma primeira relação pode ser categorizada como polarização ou *oposição*: campos de forças que permanecerão distintos e comporão diferentes frentes de ação de resistências, conforme as tipologias acima descritas. Ao que tudo indica, o Papa Francisco permanecerá como reformador incorrigível até o fim de seu pontificado. Aliás, já declarou que não mudará. A segunda relação pode ser denominada como *paralelismo*: as estruturas eclesiais/eclesiásticas continuam funcionando e reproduzindo a tradição e os mecanismos burocráticos sem alterações e o Papa continua afirmando seu projeto, como se poderá prever em todas as instituições: a tensão entre carisma fundante e instituição é inerente a todos os projetos políticos que se estruturam historicamente desde um ideal fundante. Não será diferente com a Igreja atual. Em termos históricos e políticos, jamais haverá síntese entre o ideal e o possível. Pode-se detectar ainda uma dialética de *interação* entre as identidades: as estruturas assimilam aos poucos as reformas, novos sujeitos eclesiais, sobretudo do episcopado, tendem a assimilar o projeto e reproduzi-lo em suas esferas de atuação. Os Documentos produzidos pelos Magistérios locais institucionalizam as reformas em suas orientações, as Igrejas locais reproduzem ainda que de forma não sistêmica as orientações.

5 Desafios e possibilidades da reforma que atinja as estruturas

O propósito de Francisco é que as reformas da Igreja cheguem às estruturas (EG 27 e 33). A conversão dos sujeitos e a mudança das mentalidades são, evidentemente, essenciais, mas podem sucumbir com a morte dos sujeitos renovados e renovadores ou com a criação de outra mentalidade. A época pós-conciliar narra de modo emblemático o destino do processo de *aggiornamento* desencadeado pelo Concílio com seus sujeitos protagonistas (FAGGIOLI, 2013). Ademais, a ausência de um processo de institucionalização – processo inevitável e paradoxal – de toda e qualquer reforma faz com que os ideais renovadores caiam na rotina e desapareçam, na medida em que seus defensores vão saindo de cena ou que vão perdendo seu poder de convocação e agregação. As reformas de Francisco não escapam desse processo inevitável (de ser traduzida em normas) e paradoxal (de perder

a forma original na medida em que se torna norma instituída). Contudo, por ora, as reformas ainda não chegaram às estruturas, ao menos no conjunto da instituição eclesial: seja no coração político da estrutura, a Cúria romana, seja no seu coração normativo, o Direito canônico.

Os que gritam por reformas estruturais imediatas e, de tanto aguardá-las, já nem acreditam mais que elas ocorrerão, nem sempre têm em mente a complexidade das reformas institucionais. De outro lado extremo posicionam-se os que vêm nas reformas o abismo final e a destruição completa da tradição e das estruturas estáveis, obviamente portadoras de uma estabilidade sagrada e, portanto, imexível por natureza. Nessa conjuntura, será válido recordar alguns itens que estão implicados nessa e noutras reformas, perseguindo os conceitos sugeridos por Manuel Castells ao tratar das mudanças sociais em curso no interior da sociedade em redes de comunicação (2015, p. 353-357).

a) Conceitos fundamentais

O sociólogo coloca alguns conceitos fundamentais envolvidos em todo processo de mudança social, chamando a atenção precisamente para a processualidade aí implicada. É preciso verificar os diversos aspectos que compõem um conjunto social em mudança. As *instituições*: resultam de conflitos/acordos feitos entre sujeitos sociais e cristalizam em si valores e práticas sociais do passado que se afirmam como válidos para os dias de hoje; a *cultura*: constituída dos valores e crenças vivenciados pelos grupos e sujeitos sociais; o *político*: conjunto de forças e de estratégias de manutenção, negação ou transformação do poder envolvendo diferentes sujeitos implicados no processo; os *sujeitos sociais*: os diferentes sujeitos que atuam no interior de uma conjuntura política, sendo que os sujeitos da mudança podem ser distinguidos entre *movimento social* (que visa à mudança cultural) e a *política insurgente* que visa à mudança institucional em descontinuidade com a ordem estabelecida; o *espaço público* como o lugar fundamental de treinamento das mudanças, lugar em que os valores são transmitidos, formados, apoiados e rejeitados; lugar das ações e reações às propostas que são apresentadas e que buscam legitimar-se, conseguir consenso.

b) As mudanças

As mudanças constituem um processo complexo que envolve todos esses aspectos e forças instituídas e representadas pelos sujeitos. Observa Castells que “nenhum processo de mudança social é geral e instantâneo” (2015, p. 353) precisamente por envolver esses múltiplos aspectos que compõem um quadro ou conjuntura social. A *mudança cultural* implica, portanto, em mudança de valores e crenças em uma amplitude capaz de alterar o conjunto e refazer as mentalidades e práticas; a *mudança política* é a adoção de novos valores que são difundidos pela cultura de uma sociedade; a

mudança institucional efetiva resulta do pacto dos sujeitos sociais em torno de novos valores que são adotados como regra comum para o grupo. As mudanças não são automáticas, insiste o sociólogo. Elas acontecem em ritmos diferentes, em grupos diferentes e em locais diferentes, sem atingir de imediato o todo social; resultam da vontade dos atores sociais em interação de uns com os outros; resultam da capacidade dos atores que conseguem desconstruir a instituição como ilegítimas por não representar mais os interesses da sociedade; das mudanças culturais e políticas é que resulta a reforma institucional, passo conclusivo do processo. Com efeito, em todo processo de mudança haverá sempre indivíduos ativos e passivos, os que são protagonistas e os que pegam carona (2015, p. 353), envolvem vitoriosos que se tornam heróis quando conseguem impor seus projetos, ou bandidos e terroristas, quando são derrotados (2015, p. 354).

6 Pesando as reformas de Francisco

As referências sociológicas ajudam a compreender o processo de reforma anunciado e capitaneado por Francisco e que se encontra em pleno curso. Com efeito, em que ponto se encontram essas reformas? Em quais frentes têm atuado? Onde ainda não foram empreendidas? Francisco é um reformador convicto e original. Ao que tudo indica sabe aonde quer chegar e tem seu modo próprio de conduzi-la; já se pode afirmar também que adotou os princípios da gradualidade, da pontualidade e da busca de consenso, negando o uso legítimo da autoridade papal que lhe possibilitaria a adoção de medidas mais globais, radicais e imediatas. Parece ser também correto afirmar que suas projeções reformadoras, suas posturas e medidas tomadas se assentam sempre em uma forte espiritualidade que lhe garante sempre os rumos, as fundamentações e a serenidade em meios às múltiplas reações e às oposições frontais. O Discurso pronunciado por Francisco aos funcionários da Cúria romana em 22 de dezembro de 2016 é elucidativo no que tange às metas, aos métodos e aos rumos da reforma da Cúria (*Encontro com a Cúria romana na apresentação de votos natalícios. In Francisco, Discursos. Vatican. Va*). Aí se podem verificar os aspectos institucionais, culturais e os sujeitos envolvidos no processo.

a) Aspecto institucional

Primeiramente há que compreender a impossibilidade de uma reforma institucional imediata e geral da Igreja (do sistema curial romano e do Direito Canônico, dos papéis e dos processos burocráticos do conjunto institucional da Igreja etc.). Ainda que essa reforma seja a conclusão necessária de um processo de reforma que pretenda ser eficiente e duradoura e sem a qual tudo pode perder-se como efêmero e superficial, há que verificar, antes,

os aspectos que envolvem o processo em suas múltiplas dimensões e com as várias estratégias decorrentes. Nos termos acima expostos, a reforma institucional pressupõe uma reforma cultural e política, assim como o pacto dos diversos sujeitos que dela fazem parte. Qualquer intento de reforma institucional imediata e geral estará, por certo, fadado ao fracasso por falta de condições políticas e de um consenso que a garanta efetivamente. Por razões analítico-estratégicas, por intuição política, discernimento espiritual ou por sensibilidade eclesial, Francisco não começou suas reformas pelo institucional, ainda que a Cúria esteja em sua mira desde a sua condução ao papado. Continua afirmando que fará a reforma das estruturas, reconhece que a reforma ainda não foi realizada e apresenta um balanço do que já foi realizado. Nos dezoito pontos apresentados aos funcionários da Cúria romana em dezembro de 2016, podem-se verificar aspectos pontuais de cunho institucional que já foram empreitados, tanto no que tange às estruturas, quanto ao funcionamento e funções. A reforma já atingiu a composição da Cúria nos seus Dicastérios (reestruturação e criação de novos) e nos seus organismos (reestruturação e criação de novos) e chegou às Dioceses quando reestruturou do processo canônico para as causas da nulidade matrimonial (*Motu Proprio Mitis et misericors Iesus*, no Código dos Cânones das Igrejas Orientais; *Motu Proprio Mitis Iudex Dominus Iesus*, no Código de Direito Canônico).

Não foi feita uma reforma geral do sistema eclesial, nos termos da descentralização ensejada por Francisco (EG 32), o que exigirá repensar em muitos pontos a Cúria com suas funções, na medida em que altera as suas relações com as Conferências e as próprias Igrejas locais. A estrutura institucional está sendo alterada gradativamente. Conforme observa Francisco, a *gradualidade* é um critério adotado em suas reformas. Se há algum projeto geral de reforma do conjunto da instituição eclesial a começar por sua estrutura central, ele não tem sido executado de uma só vez e, portanto, não o será. A reforma gradual e por parte poderá chegar ou não ao conjunto, de forma a compor um todo orgânico e eficiente, como deseja o papa. No entanto, na medida em que atinge partes e aspectos desse conjunto terminará por atingir o todo, incluindo o próprio Direito Canônico (*Concilium* 368, 2016/5).

Vale lembrar que a reforma institucional, ainda que pressuponha as mudanças culturais e políticas e, portanto, o consenso entre os sujeitos que a compõe se mostra indispensável em todo processo reformador. A experiência do Vaticano II constitui um exemplo emblemático de reforma cultural (do Magistério, da teologia e da pastoral) sem suas traduções propriamente estruturais, a começar pela Cúria romana. O resultado que se pôde confirmar historicamente foi, de fato, um recuo e, muitas vezes uma completa negação, do espírito e até da letra conciliar, sempre em nome de uma estrutura instituída em tradições, em normas e em funções sagradas que deviam ser preservadas e reproduzidas.

b) A cultura eclesial

Francisco vem executando as reformas de modo parcial e gradativo e focando diferentes dimensões da Igreja. Nesse sentido, demonstra consciência da necessidade urgente de promover uma mudança nos valores e, portanto, na cultura eclesial. Por certo, aqui reside a frente mais ousada e agressiva das mudanças que se encontram em curso, uma vez que choca, inevitavelmente, com as mentalidades e, portanto, com os sujeitos que compõem os diferentes projetos e identidades eclesiais acima expostos. No Discurso à Cúria romana, ele insiste que a reforma possui um elemento fundamental de *conversão*, ou seja, de reforma das mentalidades e de posturas. Os dois primeiros dos doze critérios enunciados falam, respectivamente, em *conversão individual* e *conversão pastoral*. Sem conversão, *serão inúteis todas as reformas estruturais*, assevera Francisco. Em termos sociológicos, sem mudança cultural não se consegue mudança estrutural. Em chave teológica, observa o Papa que:

há estruturas eclesiais que podem chegar a condicionar um dinamismo evangelizador; de igual modo, as boas estruturas servem quando há uma vida que as anima, sustenta e avalia. Sem vida nova e espírito evangélico autêntico, sem “fidelidade da Igreja à própria vocação”, toda e qualquer nova estrutura se corrompe em pouco tempo.

Os seus pronunciamentos, Discursos e Documentos avançam em diferentes frentes e convidam insistentemente às mudanças. A Igreja deve estar em reforma permanente. O *coração do evangelho* é a fonte de onde ela retira os valores e a própria forma das re-formas. Os três Documentos principais (*Evangelii gaudium*, *Laudato si'* e *Amoris laetitia*) até então promulgados são elaborados como novos paradigmas que permitem pensar a Igreja, a humanidade e a vida das famílias. A Igreja em saída, a casa comum e o amor em família, são construções doutrinárias e pastorais que apresentam um novo modo de abordar seus respectivos objetos, convidando a uma mudança de postura: de valores, crenças e práticas. Francisco deixa claro o método dessa renovação: é preciso considerar sempre dois polos em mútua interação, as fontes da fé que vêm do Evangelho e a vida concreta com suas interrogações. Essa interação permite renovar a tradição, a doutrina e a norma moral, permite colocar a Igreja no contato direto com Jesus nos pobres e também em diálogo com a humanidade na busca de um novo modelo de vida que preserve o planeta.

As declarações e posturas de Francisco são carregadas de impulso renovador e seus pronunciamentos oficiais expõem de tal modo as propostas de renovação que ampliam cada vez mais a distância entre as ideias e a realidade, ou, entre as reformas do pensamento e as reformas institucionais. A sensação de que esse déficit aumenta com o passar do tempo não deixa de gerar a decepção dos entusiastas que, com certa razão, querem ver as reformas concluídas.

c) *Os sujeitos eclesiais*

A estrutura eclesial é feita de sujeitos bem ajustados às funções que ocupam dentro da mesma. Isso quer dizer que no sistema eclesial/eclesiástico há uma correspondência entre a norma, a organização e as funções, de modo que um aspecto realiza o outro. A estrutura funciona na medida da execução das funções ocupadas pelos sujeitos, ou deixa de funcionar quando não exercidas com a devida eficiência. Nesse sentido, a reforma da cultura defronta-se de imediato com os sujeitos encaixados na estrutura, o que, tendo em vista a política de conservação a que são destinados a concretizar, os faz inimigos de toda transformação que coloque em risco a regularidade de suas funções. Francisco assume o pontificado com um batalhão de sujeitos representantes de um projeto eclesial estável: sejam os conservadores do centro ou da periferia do poder eclesiástico, por definição guardiães da conservação, sejam os demais membros do clero de um modo geral que perfilavam o mesmo projeto. Por certo, seria necessário examinar os perfis destes sujeitos institucionais, desde o centro mais resistente que pensa e opera a partir do epicentro da Cúria romana até aqueles que aderem de modo entusiasta aos projetos de reforma.

Francisco conduz a reforma na postura rara de cabeça da instituição, como carisma alojado politicamente no centro do poder regente da Igreja. Nos termos propostos por Castells, suas ações podem ser caracterizadas concomitantemente como *política insurgente* que visa à mudança institucional e como *movimento social* que busca a reforma cultural. Mas, a pergunta básica que persiste será pela adesão dos demais sujeitos institucionais ou, por suas conversões ao projeto reformador. “Sem uma *mudança de mentalidade*, o esforço funcional não teria qualquer utilidade”, afirma Francisco no discurso acima referido. Nesse ponto, parece que Francisco assume por razões eclesiológicas – o princípio da sinodalidade – a estratégia de uma antecedência da reforma cultural: a política do convencimento colegial anterior à política de renovação dos postos principais com novos sujeitos. Prefere caminhar lento com o colégio dos bispos a agilizar as reformas com as prerrogativas da autoridade papal. Esse será por certo o caminho mais eficaz para a concretização das pretendidas renovações da Igreja. Antes das estruturas e dos novos sujeitos será necessária uma renovação cultural (nome sociológico da conversão) envolvendo o maior número possível de sujeitos eclesiais. Francisco tem conclamado a todos para que assumam a reforma inadiável da Igreja (EG 24-33), assim como a transformação da sociedade centrada no lucro e no consumismo. Afirma também que as reformas aconteçam de modo descentralizado. Não seria saudável esperar que tudo proceda do Magistério papal, reitera (EG 32, AL 3). Contudo, o paradoxo dessa estratégia reside no fato de uma mentalidade clerical estabelecida que, não somente resiste às mudanças em nome da estabilidade das instituições e doutrinas fixas, mas também

por ser formada em um *ethos* da obediência que delegou sempre mais ao Papa as iniciativas e decisões, que deveriam ser reproduzidas por todos os demais membros do corpo eclesial.

d) O espaço público

A Igreja católica tem uma relação peculiar com o espaço público que difere, tanto das instituições públicas estatais, quanto das instituições privadas. Ela se relaciona diretamente com um público interno que por razões de fé constitui uma sociedade e uma cultura comuns e, indiretamente, com o grande público, tendo em vista a sua histórica visibilidade social. No seu corpo social, será necessário distinguir diferentes espaços públicos posicionados em sucessivas esferas concêntricas: um núcleo central ligado à administração da Cúria romana, a esfera restrita do episcopado, a esfera dos sujeitos eclesiais militantes e a esfera mais ampla dos fiéis. Cada uma dessas recebe e processa as informações eclesiais e eclesiásticas em número e intensidade diferenciados, bem como com diferentes interesses e responsabilidades. Nem tudo chega à última esfera dos fiéis comuns e, por conseguinte, no espaço público popular que caracteriza a sociedade atual, sociedade da informação, hoje estruturada em redes. Embora diferenciadas, essas esferas constituem os espaços onde as ideias são recebidas, discutidas e consensuadas, na medida em que são divulgadas desde o seu centro de origem (TAYLOR, 2010, p. 87-102).

Não há como negar que a sociedade da informação tem modificado drasticamente as dinâmicas da publicização dos fatos, até mesmo em relação àquelas instituições tradicionalmente sigilosas. As coisas e os acontecimentos mais privados tendem a ser lançados ao grande público como fatos e, cada vez mais, como novidade a ser consumida, debatida e julgada. No caso da Igreja católica, sobretudo nos últimos tempos, os fatos mais reclusos têm sido expostos com frequência ao grande público, ora como pauta de amplo controle social sobre os comportamentos eclesiásticos, ora como espetáculo ou, até mesmo, como sentença final a certos comportamentos morais.

Ainda que as decisões reformadoras sejam, evidentemente, gestadas na clausura pontifícia e curial, sob o tradicional sigilo, Francisco as tem publicizado com transparência e agilidade. O seu próprio papel de reformador eclesialmente construído como saída para a crise em que se encontrava a Igreja quando de sua eleição, recebeu e recebe um inequívoco reforço social, seja como expectativa, seja como controle. Nesse sentido, Francisco é, por certo, o mais público dos Papas contemporâneos. Pode-se observar, com toda clareza, uma maior transparência em suas declarações, dentro e fora da Igreja: uma espécie de regular prestação de contas de seus projetos reformadores. Francisco antecipa publicamente por declarações pessoais, de Cardeais ou de sua assessoria de comunicação aquilo que pensa e que pretende implantar. Como é bem sabido, imprimiu uma dinâmica nova aos

Sínodos: consultas prévias feitas aos fiéis, manifestação de suas posições diferentes as dos padres sinodais, discussão liberada de todos os assuntos no interior da assembleia sinodal, divulgação imediata do relatório. Os princípios da sinodalidade e da catolicidade acompanham o processo de renovação de um modo concreto, indicando a responsabilidade que cada sujeito eclesial deve ter por ela.

As reformas franciscanas têm um visível caráter público, postura inovadora em relação a outros Papas. Do ponto de vista político, essa postura reverte em expectativas positivas, nos casos dos entusiastas e curiosos, bem como em expectativas negativas da parte daqueles que são contrários. As reformas estão postas em público, para o bem ou para o mal. Os conservadores acuados, também reagem publicamente rompendo sem maiores escrúpulos com o *ethos* da fidelidade ao Papa, quando dão declarações contrárias aos ensinamentos papais, escrevem cartas abertas ao Pontífice cobrando explicações, falsificam o Jornal oficial da Santa Sé etc. De fato, o espaço público é, por natureza, ambíguo: lugar do teste do novo, de proposição e revisão de valores de ações e reações (CASTELLS, 2015, p. 355).

Não se pode pressupor que a rotina das reformas tenha tornado-se refém das mídias. Ao contrário, Francisco manifesta sempre uma posição clara pela transparência de todos os seus projetos. Suas posições rompem com certa lógica dos segredos que fazem parte do exercício do poder, de modo emblemático do poder papal (BOBBIO, 2015). Conduzindo um projeto que não considera pessoal, mas delegado pelos pares e por mandado sobrenatural, Francisco age com transparência e serenidade, sem medos das exposições e das oposições.

As reformas franciscanas têm sido divulgadas, avaliadas e testadas no espaço público interno e externo da Igreja. O resultado final tem sido não somente um treinamento das mudanças a serem efetivadas, mas também de construção de consenso, à medida que as informações se ampliam para um público sempre maior, feito de simpatizantes e até militantes das reformas. Por essa razão, as reformas têm habitado as expectativas (positivas ou negativas) de católicos e também da sociedade da informação por meio de suas redes ágeis e eficientes.

Conclusão

A análise sociológica permite desvelar um ângulo fundamental do processo de reforma conduzido pelo Papa Francisco; ajuda a ir além de leituras que possam mistificar esse processo, em nome de uma comunhão espiritual que afirma uma espécie de harmonia eclesial incontestável, ou de uma unidade que não comporta conflitos. Para o eclesiólogo ela pode ser um

tanto limitada, por focar unicamente em dinâmicas político-institucionais ou em processos socioculturais que compõem o sistema católico. No entanto, não obstante esse limite metodologicamente legítimo, os próprios fatos envolvidos no processo atual de reforma da Igreja exigem esse olhar que desvele os fatos. Toda reforma toca inevitavelmente em sujeitos e grupos de poder e, por conseguinte, em instituições construídas com a finalidade de sustentar e preservar valores de uma determinada época que esses agentes defendem como intocáveis por diversas razões.

As reformas que se encontram em curso situam-se em um sistema complexo e em um campo constituído de forças no conjunto cultural, político e institucional da Igreja. Todo olhar simplificador, a favor ou contra, pode esconder os limites e as possibilidades reais de mudança na estrutura calcada em tradições seculares que sustentam a Barca de Pedro. Não se pode postular uma reforma geral e irrestrita no sistema católico como um todo, *caput et membra*, e, menos ainda, de forma imediata na conjuntura atual. Não somente os rumos e os ritmos adotados por Francisco o indicam, como também as teorias sociais que analisam os processos de mudança. O conjunto a ser renovado exige estratégias pontuais e processos gradativos. Os centros constitutivos da instituição deverão ser atingidos para que os propósitos sejam efetivados e tenham efeitos reais: as normas codificadas como lei maior (Direito Canônico), os papéis (as funções hierárquicas) e os processos de reprodução do sistema e do próprio poder. Há que pensar ainda nas múltiplas dimensões que compõem o sistema católico que envolve centros e periferias da organização, o topo e a base do poder instituído, o universal e o local das práticas eclesiais. Essa diversidade constitui o grande desafio de uma mudança do conjunto eclesial como um *todo uno* e diverso. O tempo é que revelará a indispensável conclusão institucional das reformas que têm, por ora, agitado o âmbito das ideias e das posturas eclesiais.

As possibilidades de reforma efetiva são grandes e inéditas, uma vez gestadas desde o centro do poder eclesial, legitimado como autoridade máxima de decisões pelo poder das chaves, assim como solicitadas pela crise que produziu o próprio personagem reformador. Os projetos de reforma vinculam-se diretamente à crise da Igreja, ou seja, àquele momento ápice que expôs todos os sintomas críticos do organismo eclesial, de onde emergiu o Papa reformador, vindo do fim do mundo: de fora do sistema em crise. O fato político-eclesial é que todas as oposições, por fortes que sejam, não possuem qualquer legitimidade para minar ou mesmo afrontar publicamente as decisões papais. Mesmo que enraizadas nas estruturas institucionais e inseridas na cultura predominante na Igreja, as oposições serão sempre estranhas e adversas ao *ethos* católico da unidade e da fidelidade ao Papa. Francisco tem demonstrado efetivamente capacidade de liderança e coerência precisamente em suas posturas de tolerância extrema com os opositores, sobretudo com os mais próximos. Revela na prática o que professa como princípio de ação: o *todo superior à parte*, a unidade

superior ao conflito e o tempo é superior ao espaço (EG 222-237). Tem investido de modo sistemático na reforma da cultura eclesial com lucidez profética: crítica severa aos vícios eclesiais e proposição de uma Igreja radicada no Evangelho. Seu Magistério encontrou a chave teológica e, por conseguinte, os imperativos da reforma urgente; de dentro dos próprios fundamentos da Igreja retira as referências para que possa superar as crises e se mostrar atuante na sociedade atual.

Até onde vão chegar suas reformas? Somente o futuro dirá, tendo em vista as variáveis em curso, sobretudo no que diz respeito aos sujeitos eclesiais que são seus pares mais próximos: o episcopado. A renovação dos quadros acontece de modo pouco uniforme, reproduzindo, ainda, o projeto da Igreja autocentrada anterior a seu pontificado. É verdade que as mudanças parciais na estrutura institucional que vão sendo realizadas tendem a provocar mudanças nos comportamentos e, aos poucos, no conjunto eclesial. Por ora, o método gradativo se impõe como processo no conjunto da Igreja: as Dioceses e as Conferências Episcopais vão se adaptando aos poucos ao que Francisco conclama e decide por meio de documentos e decretos. Há de se esperar, contudo, que mudanças institucionais mais expressivas ainda estão por vir, sabendo que várias delas se encontram latentes em estudos conduzidos pelo Papa no âmbito de seu projeto reformador.

A reforma e o Papa reformador já fazem parte do imaginário eclesial e social na atualidade. Por essa razão, as reformas são agora naturalmente legítimas. Os pronunciamentos de várias naturezas feitos por Francisco se avolumam em quantidade, mas, sobretudo, em qualidade, de forma a compor um corpo robusto de ideias reformadoras. A reforma produz seus efeitos pontuais e gradativos no momento presente, mas ela se encontra institucionalizada no pensamento do Magistério. Um processo se encontra em marcha como semente que produzirá, por certo, efeitos imprevisíveis no futuro da Igreja.

Referências

BOBBIO, Norberto. *Democracia e segredo*. São Paulo: UNESP, 2015.

CASTELLS, Manuel. *O poder da identidade*. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

_____. *O poder da comunicação*. São Paulo: Paz e Terra, 2015.

Concilium, Revista internacional de Teologia, Petrópolis, n. 368, 2016/5.

Ciberteologia, v. 13, n. 54, Notícias, Paulinas, 2017.

CUDA, Emilce. *Para ler a Francisco: teología, ética y política*. Buenos Aires: Manantial, 2016.

- FAGGIOLI, Massimo. *Vaticano II: a luta pelo sentido*. São Paulo: Paulinas, 2013.
- FRANCISCO. Exortação *Evangelii gaudium*. São Paulo: Paulinas, 2013.
- _____. Encíclica *Laudato Si'*. São Paulo: Paulus-Loyola, 2015.
- _____. *Encontro com a Cúria romana na apresentação de votos natalícios*. Disponível em <http://w2.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2016/december/documents/papa-francesco_20161222_curia-romana.html>. Acesso em: 8 jul. 2017.
- GURVITCH, Georges. *Dialética e sociologia*. São Paulo: Vértice, 1987.
- KASPER, Walter. *A Igreja Católica: essência, realidade, missão*. São Leopoldo: Unisinos, 2012.
- LIBANIO, João Batista. *Volta à grande disciplina*. São Paulo: Loyola, 1983.
- PASSOS, João Décio. *A Igreja em saída e a casa comum: Francisco e os desafios da renovação*. São Paulo: Paulinas, 2016.
- _____. *Alegria do amor: das sementes aos frutos*. São Paulo: Paulinas, 2017.
- PINHO, José Eduardo Borges. *A recepção como realidade eclesial e tarefa ecuménica*. Lisboa: Didaskalia, 1994.
- RIBEIRO, Claudio de Oliveira (Ed.). *Evangélicos e o Papa: olhares de lideranças evangélicas sobre a Encíclica Laudato Si'* do Papa Francisco. São Paulo: Reflexão, 2016.
- TAYLOR, Charles. *Imaginários sociais modernos*. Lisboa: Texto & Grafia, 2010.
- WEBER, Max. *Ensaio de sociologia*. Brasília: LTC, 1982.

Artigo submetido em 08.06.2017 e aprovado para publicação em 20.07.2017.

João Décio Passos é doutor em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), 2001. Professor Associado do Departamento de Ciência da Religião da PUC-SP

Endereço: Rua Wanderley, 504/181
Perdizes
05011-001 São Paulo – SP
jdpassos@pucsp.br